



2019

RELATÓRIO ANUAL

REFORMAR – Research for Mozambique

Índice	
Foreword	3
Prefácio	4
Quem somos	5
O que fazemos	8
2019 em Revista	11
1. Relatórios de pesquisa	11
2. Formação	13
3. Acções de Advocacia	14
4. Outras actividades	17
4.1 Participações	17
5. Apoio e colaborações	23
6. Outreach	24
6.1 Website.....	24
6.2 Facebook.....	24
6.3 Twitter.....	24
6.4 Jornais.....	24
Contactos	24



Foreword

As head of Africa Criminal Justice Reform (University of the Western Cape, South Africa) I have had the pleasure of working with REFORMAR since its establishment in 2015 and observed remarkable progress in the scope and impact of its work. Africa Criminal Justice Reform has been active in Mozambique since 2010 and REFORMAR was a natural product of our engagement in Mozambique and synergies with governmental and non-governmental organisations.

The Director of REFORMAR, Tina Lorizzo, moved REFORMAR from humble beginnings to where it is now recognised as leader in criminal justice and human rights research in Mozambique.

REFORMAR continued its work on critical issues affecting the criminal justice system in Mozambique, through evidence-based analysis and research, training and advocacy. REFORMAR found that more than 60% of pre-trial detention cases are summary crimes, a legal classification not permitting pre-trial detention. The proportion of children a part of the total prison population has increased from 13% to 16% in the last three years and this is reason for deep concern. While the right of prisoners to vote is provided for in law, the reality is that prisoners have never voted in general elections. These are just some of the issues found and challenges taken up by REFORMAR's research advocacy efforts. REFORMAR has also created opportunities for young Mozambicans to learn about criminal justice and human rights reform through placements at the organisation.

This report shows that REFORMAR has evolved as an organisation. It expanded its activities, taking interest and working within different topics of criminal justice, from child justice, judicial integrity and alternatives to detention.

A wide range of institutions (e.g. government, civil society organisations and the donor community) use the knowledge and evidence REFORMAR is producing. I trust that this report, by describing the 2019 outputs of REFORMAR, provides a valuable resource for all criminal justice system stakeholder in the country and beyond.

Prof. Lukas Muntingh
Africa Criminal Justice Reform
Dullah Omar Institute
University of the Western Cape
South Africa



Prefácio

Como Director da Reforma Criminal da Justiça em África (Universidade do Cabo Ocidental, África do Sul), tive o prazer de trabalhar com a REFORMAR desde sua criação em 2015 e observei notáveis progressos no escopo e no impacto de seu trabalho. A organização Reforma da Justiça Criminal em África está activa em Moçambique desde 2010 e a REFORMAR foi um produto natural do nosso envolvimento em Moçambique e sinergias com organizações governamentais e não governamentais.

A Diretora da REFORMAR, Tina Lorizzo, mudou a REFORMAR de um início humilde para onde agora é reconhecida, como líder em justiça criminal e pesquisa de direitos humanos em Moçambique.

A REFORMAR continua seu trabalho em questões críticas que afectam o sistema de justiça criminal em Moçambique, através de análises e pesquisas baseadas em evidências, treinamento e advocacia. A REFORMAR constatou que mais de 60% dos casos de prisão preventiva são processos sumário-crime, uma classificação legal que não permite a prisão preventiva. A proporção de crianças que faz parte da população prisional total aumentou de 13% para 16% nos últimos três anos e isso é motivo de profunda preocupação. Embora o direito dos reclusos de votar esteja previsto na lei, a realidade é que os reclusos nunca votaram nas eleições gerais. Estes são apenas alguns dos problemas encontrados e os desafios enfrentados pelos esforços de advocacia da REFORMAR. A REFORMAR também criou oportunidades para jovens moçambicanos aprenderem sobre justiça criminal e reforma dos direitos humanos, através de colocações na organização.

Este relatório mostra que a REFORMAR evoluiu como organização. Ampliou suas actividades, interessando-se e trabalhando em diferentes tópicos da justiça criminal, desde a justiça infantil, integridade judicial e alternativas à prisão.

Uma grande variedade de instituições (por exemplo, governo, organizações da sociedade civil e comunidade de doadores) usa o conhecimento e a evidência que a REFORMAR está produzindo. Confio que este relatório, ao descrever os resultados de 2019 da REFORMAR, forneça um recurso valioso para todas as partes interessadas do sistema de justiça criminal no país e além.

Lukas Muntingh
Reforma da Justiça Criminal em África
Instituto Dullah Omar
Universidade do Cabo Ocidental
África do Sul



Quem somos

A REFORMAR - Research for Mozambique é uma organização que fornece pesquisa, treinamento e advocacia em justiça criminal e direitos humanos em Moçambique e outros países africanos de língua portuguesa.

Criada em 2015, a REFORMAR reconhece que os direitos humanos nos sistemas de justiça criminal são violados; que a defesa e promoção dos direitos humanos na justiça penal pressupõe pesquisas baseadas em evidência; a importância da formação regular e abrangente de todos os actores que trabalham no sector da justiça, para desenvolver conhecimento e mudar comportamentos e que as reformas se baseiam no desenvolvimento de leis, políticas e práticas.

O trabalho da REFORMAR é fundamentado em leis internacionais, regionais e nacionais. REFORMAR trabalha em parceria com organizações locais, garantindo a aprendizagem e o crescimento mútuos. REFORMAR trabalha em várias línguas, mas garante principalmente que, a nível internacional e regional, a importância da língua portuguesa é reconhecida, embora não seja uma das línguas oficiais das Nações Unidas e União Africana.



Tina Lorizzo é o membro fundador da organização e Pesquisadora Associada da Africa Criminal Justice Reform (ACJR), na Universidade de Western Cape, na África do Sul. Com enfoque na Africa Lusófona, Tina Lorizzo possui mais de dez anos de experiencia na área da justiça criminal e Direitos Humanos. Tina Lorizzo detém um LLM em Justiça Criminal da Universidade da Cidade do Cabo (UCT) e um BA e LLB em Direito pela Universidade de Bolonha, Itália. Ela é Ph.D. candidato com o Centro de Direito Comparado em África, na UCT. Seus interesses actuais estão relacionados à reforma carcerária, crianças em conflito com a lei, polícia e policiamento e a dinâmica entre o sistema de justiça formal e o direito consuetudinário.

Tina Lorizzo - Directora





Jurista e pesquisadora júnior, Rosa de Americe Cumbe é licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane. Rosa Cumbe tem um grande interesse pela protecção dos direitos humanos no País. Rosa Cumbe teve já a oportunidade de estagiar no Centro de Prática Jurídica (CPJ), da Faculdade de Direito da UEM, onde pôde aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da sua licenciatura. Actualmente, a Rosa encontra-se inscrita na Ordem dos Advogados de Moçambique como advogada estagiária.

Rosa de Americe Cumbe – Pesquisadora Junior



Augusto José Lopes é jurista e o novo pesquisador estagiário da REFORMAR. Licenciado em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Pedagógica, Augusto José Lopes tem um grande interesse pela protecção dos direitos humanos no país. Actualmente Augusto encontra-se inscrito na Ordem dos Advogados de Moçambique como Advogado estagiário.

Augusto José Lopes – Pesquisador estagiário





Um consultor ad hoc, Vanja Petrovic, com sede em Joanesburgo apoia a REFORMAR através planeamento estratégico e assessoria técnica. Vanja Petrovic auxilia a REFORMAR no desenvolvimento de estratégias organizacionais, de pesquisa, análise e elaboração de relatórios e desenvolvimento de módulos de treinamento. Profissional com dez anos de experiência em projectos de desenvolvimento internacional relacionados à boa governação, estado de direito e direitos humanos, além de pesquisas académicas relacionadas à justiça criminal e social. Ela possui um MPhil em Criminologia, Direito e Sociedade pela UCT. Seus interesses de pesquisa estão relacionados aos direitos civis e políticos, direitos dos reclusos, crianças em conflito com a lei, vitimologia e direitos das vítimas.

Vanja Petrovic – Consultora Externa

A equipa é multidisciplinar, proveniente de diferentes enquadramentos académicos (direito, criminologia e sociologia) e experiências de trabalho. A equipa tem uma década de experiência em pesquisa, formação e advocacia, a nível internacional e nacional, sobre justiça criminal e projectos de desenvolvimento. A REFORMAR produz trabalhos não apenas em língua Portuguesa, mas também em Inglês e Francês. A equipa fala também Changana, Italiano e Servo.



O que fazemos

A REFORMAR trabalha especificamente em três áreas: pesquisa, formação e advocacia, no âmbito da justiça criminal e direitos humanos.

Conduzir pesquisas baseadas em evidências representa o trabalho central da REFORMAR. Sem evidências, a REFORMAR acredita que não é possível elaborar relatórios que possam trazer factos verificáveis e apresentar recomendações para mudança de lei, políticas e práticas.

Projetos anteriores de pesquisas que abrangeram questões como erradicação de ofensas desactualizadas; erradicação e prevenção da tortura; prisão preventiva; constitucionalidade das disposições processuais penais, justiça juvenil e alternativas à prisão trouxeram importantes desenvolvimentos no âmbito da justiça criminal, em Moçambique. Em 2017, o novo Código Penal eliminou crimes como a vadiagem e mendicidade. No mesmo Código, o crime de tortura foi criminalizado e depois do lançamento da pesquisa sobre crianças em conflito com a lei, sensibilidades por parte de organizações da sociedade civil desenvolveram-se para apoiar este grupo alvo de crianças, por muito tempo esquecido.

Actualmente, a REFORMAR está expandindo o ramo da pesquisa à situação de específicos grupos alvo no contacto com o sistema de justiça criminal, em particular crianças em conflito e contacto com a lei (imputáveis e inimputáveis), às pessoas com deficiência e à comunidade Lésbica, Gay, Bissexual e Transexual (LGBT). São também considerados aspectos específicos do tratamento das pessoas dentro do sistema criminal, como o tratamento de detenção nas esquadras da polícia e acesso à específicos direitos humanos como acesso à Educação, nos Estabelecimentos Penitenciários do país.

A REFORMAR está também alargando o ramo de acção geográfica das pesquisas. A maior parte das pesquisas são feitas sobre a cidade de Maputo e província. Quando trabalhos pretendem entender a situação de outras partes do país, são quase sempre consideradas cidades como Nampula e Beira, representativas do Norte e Centro do país. É claro que este facto deveria mudar e a REFORMAR pretende criar ligações fortes com Universidades, OSC e outras entidades que são localizadas nas outras partes do país. Parcerias já foram criadas com as Províncias de Inhambane e Quelimane.

A segunda área de actuação da REFORMAR é a de formação. A REFORMAR organiza formações a todos os actores de justiça criminal entre polícia, agentes penitenciários,



magistrados judiciais e do ministério público, advogados outros oficiais judiciais e juizes de tribunais comunitários. Através de uma colaboração estrita com a ACJR da Universidade de Western Cape, a REFORMAR tem também apoiado formações a membros de organizações não governamentais (ONG), seja in loco ou na Cidade do Cabo.

Formações anteriores abrangeram, na maior parte, agentes penitenciários e magistrados judiciais e do ministério público, sobre áreas específicas relacionadas à prisão preventiva. No inicio, as formações eram organizadas por cada instituição, facto que mudou com o passar do tempo. Foi claro que, não só para desenvolver conhecimentos, mas também para pressionar mudanças, era necessária uma troca de pensamentos entre os diferentes actores que directamente e indirectamente trabalham em assuntos específicos. Precisava ter um confronto entre ideais sobre desafios e boas práticas que pudessem ajudar para a mudança não apenas de leis e políticas, mas também de práticas.

A partir dos últimos anos, formações acontecem com a participação de muitos actores envolvidos em assuntos específicos: policia, agentes penitenciários, magistrados judiciais e do ministério público, advogados outros oficiais judiciais são convidados em workshops/sessões de formação para partilhar as diferentes opiniões e juntos crescer.

Um dos persistentes desafios continua sendo o impacto das formações, para que elas não sejam apenas acúmulo de informações, mas que possam ser aplicadas, em positivo, no trabalho diários de todos os actores formados. A REFORMAR pretende trabalhar para que as mesmas formações tenham impacto e o impacto das formações possa ser avaliado.

Enfim, a REFORMAR está engajada em um activo trabalho de advocacia, a nível independente, mas também com outras organizações da sociedade civil, para melhorar a protecção e defesa dos direitos humanos e o acesso à justiça, no país.

A REFORMAR apresenta regulares relatórios à mecanismos internacionais quais ao Comité contra a Tortura, Comité sobre os Direitos Humanos e Comité sobre os Direitos das Crianças esobre a Eliminação de todas as Discriminações contra Mulheres. A REFORMAR continúa também engajada com uma advocacia de nível nacional. Actualmente estratégias estão sendo elaboradas para responder à Recomendação 003/GP/2019 do Provedor de Justiça, sobre o direito dos reclusos ao voto, e sobre o crónico problema das prisões preventivas ligadas aos processos sumário-crime, ilegais porque não previstas por lei.

A REFORMAR também participa de vários workshops e mesas redondas, nacionais e internacionais, para contribuir para o debate sobre o respeito de direitos humanos.



Exemplos são a participação, nos anos passados, na Plataforma sobre a Análise e Discussão do Relatório PARPU II, da Consulta Temática do Estudo Global da ONU sobre Crianças Privadas de Liberdade, na cidade de Pretória e neste ano na Sessão da Comissão Africana sobre os Direitos dos Direitos Humanos e dos Povos.



2019 em Revista

1. Relatórios de pesquisa

No ano 2019, a REFORMAR conduziu diferentes pesquisas e produziu vários relatórios de pesquisa para instituições governamentais e organizações da sociedade civil. Entre eles, a maior parte foram concluídos e outros em curso. No parágrafo que se segue, serão elencados, acompanhados por resumos, todos os relatórios, os concluídos assim como os que estão em curso. Os relatórios concluídos reportarão também a data da conclusão do trabalho.

Relatórios Concluídos

Relatório sobre Direitos Humanos 2017 da Ordem dos Advogados de Moçambique – Capítulo sobre Justiça Criminal

A REFORMAR participou na elaboração do relatório da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) sobre situação dos Direitos Humanos em 2017, especificamente no capítulo sobre a Justiça Criminal. Este relatório é anualmente publicado pelo OAM de modo a dar a conhecer o público em geral, a situação dos direitos humanos no país: principais avanços e desafios.

Análise de algumas questões a volta da integridade no Judiciário em Moçambique



O artigo produzido pela REFORMAR em colaboração com Centro de Integridade Pública (CIP), analisou como a corrupção tem se mostrado como o principal obstáculo ao desenvolvimento de qualquer país. Este artigo revela que, entre Janeiro de 2017 e Outubro de 2018, 15 artigos informaram sobre questões relacionadas particularmente a integridade no judiciário, dentre os quais, o reconhecimento da importância do fortalecimento da integridade no judiciário.



Este artigo encontra-se disponível na sua íntegra em: <https://reformar.co.mz/publicacoes/analise-de-algumas-questoes-a-volta-da-integridade-1.pdf> e a versão inglesa em: <https://reformar.co.mz/publicacoes/an-assessment-of-some-aspects-of-judicial-integrity-in-mozambique.pdf>

Detenções sem mandado em Moçambique - Directrizes contra detenções sem arbitrarias e ilegais



Foi produzida uma folha informativa tratando especificamente do poder de deter sem mandado em Moçambique. O Acórdão 4/CC/2013, de 17 de Setembro resultou em mudanças significativas sobre quem pode deter sem mandado, reduzindo assim o risco de detenções arbitrarias. Essas mudanças e outros desenvolvimentos são um bom presságio para a reforma do sistema de justiça criminal moçambicano em geral e especificamente no cumprimento da decisão de 2013 do Conselho Constitucional.

Esta folha pode ser acessada na sua íntegra em: <https://reformar.co.mz/publicacoes/detencoes-sem-mandado-moz.pdf> bem como a sua versão em língua inglesa em: <https://reformar.co.mz/publicacoes/impact-of-2013-decision.pdf>

Poderes de detenção limitados pelo Conselho Constitucional - Impacto do Acórdão 4/CC/2013 de 17 de Setembro

O artigo avalia as consequências do Acórdão 4/CC/2013, de 17 de Setembro que limita aos juizes o poder de ordenar a prisão preventiva fora dos casos de flagrante delito. Embora o Acórdão represente uma mudança progressiva na jurisprudência, os juizes, procuradores e a polícia enfrentam desafios operacionais para implementa-lo.

Este artigo encontra-se disponível em: <https://reformar.co.mz/publicacoes/detencao-o-impacto-do-acordao-de-2013-3.pdf> bem como a sua versão em língua inglesa em: <https://reformar.co.mz/publicacoes/impact-of-2013-decision.pdf>

Relatório do Estudo sobre Crianças em conflito com a lei. Acesso a Assistência Jurídica e Programas de Reabilitação e Reinserção Social.



A REFORMAR, realizou para a Organização não governamental Rede da Criança, uma pesquisa sobre Crianças em Conflito com a Lei: Acesso a Assistência Jurídica e Programas de Reabilitação e Reinserção. O estudo versa fundamentalmente sobre o acesso a justiça nos vários estágios do processo criminal, desde a detenção em custódia policial até a condenação e o acompanhamento que recebem após a sua entrada no Estabelecimento Penitenciário. De salientar que o grupo alvo desta pesquisa foram as crianças imputáveis (maiores de 16 anos de idade). O estudo foi feito em colaboração com o Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP), a Procuradoria Geral da República (PGR), Ministério do Género Criança e Acção Social (MGCAS), Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) e o Instituto de Assistência Jurídica (IAJ) da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM). O estudo foi realizado em Maputo, Sofala e Nampula, em representação a cada região do



país.

O relatório encontra-se disponível em:

<https://reformar.co.mz/publicacoes/manual-de-criancas-em-conflito-com-a-lei-2019.pdf>

Pesquisas em curso

Penas alternativas à pena de prisão. A implementação do trabalho socialmente útil (2015-2019)

Pesquisa sobre o funcionamento da Linha do Procurador

2. Formação

Formação sobre Mecanismos de Prevenção da Tortura para os Comissários da Comissão Nacional de Direitos Humanos

Dezembro de 2019





No dia 04 de Dezembro de 2019, o Alto-comissário das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (ACNUDH), organizou na sede da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), na Cidade de Maputo, uma formação com os Comissários da CNDH sobre Mecanismos de Prevenção da Tortura. A Dra. Tina Lorizzo, Dra. Paula Magalhães e Dra. Ivete Mafundza do ACNUDH, moderaram as duas sessões da formação.

Formação sobre penas alternativas à pena de prisão para o Serviço de Penas Alternativas à Pena de prisão

Dezembro de 2019



Uma formação sobre o uso das penas alternativas à pena de prisão foi fornecida pela REFORMAR no dia 12 de Dezembro de 2019, no Estabelecimento Preventivo de Maputo, destinada aos técnicos do Serviço de Penas Alternativas à Pena de Prisão.

3. Acções de Advocacia

Em 2019, a REFORMAR organizou diferentes acções de advocacia, em forma de relatórios, mas também de eventos/workshops. Em baixo serão elencados os relatórios já submetidos e aqueles em curso. Também uma sessão olhará aos eventos/workshops.

Relatórios de advocacia concluídos

Direitos dos Reclusos ao Voto





A REFORMAR, com o apoio de vinte organizações da sociedade civil moçambicana, submeteu em Fevereiro de 2019, um pedido de posicionamento ao Provedor de Justiça em relação ao Direito dos Reclusos ao Voto, tendo em conta que a lei não veda esse direito aos reclusos, entretanto, na prática, estes nunca exerceram esse direito/dever de cidadania. O pedido foi positivamente recebido pelo Provedor, com a Recomendação 003/GPJ/2019, tendo o mesmo solicitado a Comissão Nacional de Eleições (CNE), e o Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP), de modo a que os reclusos passem a votar a partir das próximas eleições.

Disponível em: https://reformar.co.mz/publicacoes/savana12_07_19.pdf

Relatório da REFORMAR sobre mulheres encarceradas ao Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres para a revisão do 3º e 5º Relatório Periódico Combinado de Moçambique a ser considerado na 73ª Sessão do CEDAW

Este relatório foi submetido *pela REFORMAR*, ao Comité das Nações Unidas para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres para a revisão do 3º e 5º *Relatório Periódico Combinado de Moçambique a ser considerado na 73ª Sessão do CEDAW*.

O relatório aborda o problema das mulheres encarceradas, apresentando estatísticas, o perfil dos crimes mais cometidos, a questão das mulheres encarceradas grávidas e aquelas com filhos pequenos e por ultimo, cuidados com a saúde das reclusas, principalmente aquelas com HIV/SIDA e outros serviços como acesso a educação e programas recreativos.

O relatório está disponível em na versão inglesa:

https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolNo=INT%2fCEDAW%2fCSS%2fMOZ%2f35133&Lang=en

Relatório de uma coligação de organizações da sociedade civil ao Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres para a



revisão do 3º e 5º Relatório Periódico Combinado de Moçambique a ser considerado na 73 Sessão do CEDAW

Este relatório sombra sobre o relatório do Governo 2007-2010 e 2010-2018, foi apresentado em Genebra por uma coligação de organizações da sociedade civil ao Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra Mulheres.

Este relatório foi assessorado pela REFORMAR, tendo sido abordados vários temas como o quadro constitucional, legislativo e político, acesso a justiça, mulher, paz e segurança, estereótipos e praticas nocivas, violência baseada no género, educação, saúde, género e mudanças climáticas, mulheres rurais e direito a terra, mulheres idosas e mulheres com deficiência.

Eventos de advocacia concluídos

Papel da Policia num Estado de Direito Democrático

Março de 2019



A REFORMAR e a Africa Criminal Justice Reform (ACJR) em parceria com a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), organizaram entre os dias 27 e 28 de Março de 2019, um Workshop sobre o Papel da Policia num Estado de Direito Democrático, seus Desafios e Possibilidades. O evento teve lugar na Cidade de Maputo, no Hotel Afrin.

O evento teve como escopo a discussão sobre a estrutura do policiamento democrático para construir um consenso maior sobre o que se espera da polícia e orientar esforços para reforma; identificar elementos para uma revisão do actual quadro legal, assim como as práticas de detenção sem mandados, prestando atenção especial às práticas que são injustas e discriminatórias; aperfeiçoar e desenvolver planos curriculares das instituições responsáveis pela formação e qualificação dos quadros da polícia e afins; discutir e rever alternativas à detenção e; desenvolver um caminho a seguir que concentre-se em monitorar e relate práticas ilegais.



Este evento contou com a participação da Vice Ministra do Interior Helena Quida, de Magistrados Judiciais, Magistrados do Ministério Público, o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, Ordem dos Advogados de Moçambique, ACIPOL, Escola Básica de Matalane, o Ministério do Interior, o Serviço Nacional Penitenciário, Serviço de Investigação Criminal, o Parlamento Juvenil, a Sociedade Civil e Jornalistas.

Poderes de detenção limitados pelo Conselho Constitucional - Impacto do Acórdão 4/CC/2013

Outubro de 2019

No dia 15 de Novembro de 2019, a REFORMAR e a Africa Criminal Justice Reform, organizaram em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciaria (CFJJ), uma mesa redonda para a apresentação do artigo “Poderes de Deter Limitados Pelo Conselho Constitucional de Moçambique – O Impacto do Acórdão 4/CC/2013”. O evento teve lugar na sala de conferências do CFJJ.

O artigo foi apresentado pela Dra. Tina Lorizzo. Concluiu-se neste evento que a decisão do Conselho Constitucional deve ser cumprida em estrita obediência ao princípio da legalidade, pois, as reacções da população e os desafios estruturais não devem constituir barreiras para o cumprimento da lei.

4. Outras actividades

Em 2019, a REFORMAR participou de outras actividades, nas quais deu a sua contribuição. No parágrafo a seguir serão, no específico, elencadas participações da REFORMAR em eventos, nacionais e internacionais.

4.1 Participações

Workshop sobre Crianças em Conflito com a Lei

Março de 2019

No dia 20 de Março de 2019, a REFORMAR participou de um Workshop com o tema *Crianças em Conflito com a Lei*, realizado no Kaya Kwanga, na Cidade de Maputo, pela Organização não governamental Meninos de Moçambique em Colaboração com a Associação para a Cooperação entre os Povos (ACEP).



Este evento teve como Oradora a Dra. Tina Lorizzo que fez uma breve apresentação do estudo sobre Crianças em Conflito com a Lei feito pela Procuradora Geral da Republica (PGR) com a Africa Criminal Justice Reform (ACJR) e o Centro de Estudos Aquino Bragança (CESAB).

De entre varias constatações, concluiu-se que os menores não deveriam entrar em contacto com o circuito da justiça criminal e para tal, é papel da comunidade educar e sensibilizar os mesmos d modo a reduzir o número crescente de reclusões.

*Conferencia Distrital de Repudio à Violência Sexual Praticada contra Mulher e Rapariga
Setembro de 2019*

No dia 24 de Setembro de 2019, a organização não governamental Women and Law Southern Africa - WILSA realizou a conferência distrital Repudio a Violência Sexual Praticada Contra a Mulher e Rapariga. Projecto implementado nos bairros Polana Caniço A e B de Maputo, seu objectivo principal é promover acções de advocacia para a mudança de práticas institucionais, atitudes e valores que contribuem para a prevalência da violência sexual praticada contra a mulher e rapariga, reduzindo o grau de impunidade dos agressores e facilitando o acesso das vítimas a serviços de apoio.

Participaram do evento Procuradores e Juizes dos distritos da Cidade de Maputo, assim como assistentes sociais do Ministério do Género, Criança e Acção Social, médicos, psicólogos e representante de organizações da sociedade civil.

A REFORMAR participou do evento, com uma apresentação cujo tema foi a Pertinência da Vitimologia no sistema de administração da justiça, na voz da Dra. Tina Lorizzo. Neste contexto, destacou-se que os possíveis atrasos nos mandatos de captura devido à falta de número suficiente de juizes, que deveriam emitir os mandados de captura e, portanto, legalizar a detenção, têm um impacto indireto nas vítimas de crimes e, mais ainda, nas vítimas de violência. A necessidade de proteção, segurança e justiça são ainda mais pronunciadas quando o autor é conhecido pela a vítima, com o verdadeiro medo de revitimização.

O país ainda carece de muitas e importantes legislações e medidas práticas para observar e respeitar plenamente os direitos de todas as vítimas de crimes.

Workshop sobre Sistemas e Mecanismos Africanos de Direitos Humanos para Defensores de Direitos Humanos Lusófonos

Outubro de 2019





A pesquisadora Rosa de Americe Cumbe participou na formação para defensores de Direitos Humanos que decorreu de 2 a 5 de Outubro de 2019, em Maputo – Moçambique, organizado pela Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. O objectivo geral da formação foi desenvolver a capacidade de um grupo de treinadores representando ONGs de direitos humanos, jornalistas, advogados e defensores de direitos humanos de modo a familiarizá-los com conhecimentos e habilidades para um envolvimento efectivo com a Comissão Africana, o Comité de Peritos em Direitos e Bem-estar da Criança (African Committee of Experts on the Rights and Welfare of the Child - ACERWC) e o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos para o engajamento estratégico e litígios da sociedade civil.

Fórum das ONGs Africanas e na 65ª Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

Outubro e Novembro de 2019

A pesquisadora Rosa de A. Cumbe, participou do fórum das ONGs Africanas em Kololi – Gâmbia e da 65ª Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos em Banjul – Gâmbia, que decorreram respectivamente de 17 a 19 de Outubro e de 21 de Outubro a 10 de Novembro de 2019. No âmbito do projecto “Consolidação do Papel da Sociedade Civil na Transição dos Padrões Africanos de Direitos Humanos para a Prática”, representantes de ONGs de países africanos lusófonos tiveram a oportunidade de poder participar do Fórum bem como da Sessão, considerando a fraca participação desses países, nas sessões.

Neste sentido, o escopo do projecto prendia-se com a criação um maior engajamento dos lusófonos africanos. No fórum das ONGs debateu-se sobre o panorama da situação da democracia e dos direitos humanos em África, onde foram reportadas as situações de cada região do continente africano (Central, Oriental, do Norte, Ocidental, e Austral). A situação descrita em toda África é bastante preocupante, o que chama a necessidade da intervenção de todos e todas para a construção de uma África Unida e de paz.

Neste encontro foram também adoptadas resoluções e recomendações que foram apresentadas na 65ª Sessão Ordinária da ACHPR. Uma das maiores recomendações foi a necessidade de a União Africana tomar medidas de modo a chamar atenção dos Estados para a situação drástica dos Camarões bem como publicar os resultados dos inquéritos deste país. Em todos anos comemora-se, no dia 21 de Outubro, o Dia Africano dos Direitos Humanos. Neste ano, o tema escolhido pela União Africana foi “Refugiados, Repatriados e



Deslocados Internos: Rumo a Soluções Sustentáveis para o Deslocamento Forçado em África”.

O objectivo da participação na 65a Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, prendia-se com a necessidade de chamar a atenção para a situação das pessoas deslocadas internamente, refugiados e migrantes e para a promoção e protecção dos seus direitos.

30 anos da Convenção dos Direitos da Criança

Novembro de 2019

Sob o lema: “Proteger os Direitos da Criança é Abrir um Horizonte de Sonhos”, as organizações da sociedade civil Rede Came, Rede da Criança e ROSC organizaram no dia 20 de Novembro de 2019, um evento de comemoração dos 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança. O evento teve o apoio da Diakonia, Save the Children, Right to Play, FDC e ChildFund.

A ocasião foi oportuna para debater os progressos no âmbito dos direitos da criança assim como os contínuos desafios e possíveis soluções. O evento previu duas sessões de apresentações.

A Tina Lorizzo, Directora da REFORMAR, autora do estudo “Crianças em Conflito com a Lei – Acesso à Assistência Jurídica e Programas de Reabilitação e Reinserção Social” que produziu para a Rede da Criança destacou que todas as instituições parte da pesquisa (o Instituto de patrocínio e Assistência Jurídica - IPAJ, o Serviço Nacional Penitenciário - SERNAP, o Instituto de Assistência Jurídica - IAJ da Ordem dos Advogados de Moçambique e a Procuradoria) não têm departamentos especializados e pessoal designado para trabalhar com crianças/menores em conflito com a lei, assim como tem uma escassez ou falta de formações específicas sobre a matéria. No Estabelecimento Penitenciário de Reabilitação Juvenil de Boane não existe uma escola que as crianças/menores possam frequentar enquanto encarceradas, não protegendo o direito dessas crianças à educação, reconhecido pelas normas internacionais e pelo artigo 88 da Constituição da Republica de Moçambique. A criação de uma plataforma de trabalho com o envolvimento de vários intervenientes governamentais e não governamentais deveria ser criada e apoiada para implementar o quadro jurídico em âmbito de justiça juvenil e advogar para a sua melhoria.

71 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Uma reflexão sobre o Acesso a Justiça como Direito Humano

Dezembro de 2019



Alusivo à comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado aos 10 de Dezembro, desde 1948, o Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, organizou no dia 10 de Dezembro de 2019, um seminário no Centro de Conferências da TMCel, com o tema: Uma reflexão sobre o Acesso à Justiça como Direito Humano. No entanto, o lema internacional, escolhido para o ano de 2019 foi “Jovens defendendo os Direitos Humanos”.

O evento contou com a participação do representante do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, estudantes do curso de Direito de várias universidades, juizes dos tribunais comunitários, e organizações da sociedade civil.

A REFORMAR, representada no evento pela sua Directora Dra. Tina Lorizzo, dissertou em torno do papel da Justiça comunitária para o Acesso à Justiça, tendo como ponto de partida o art. 4 da Constituição da República de Moçambique.

A apresentação deu particular atenção a questão de os tribunais comunitários poderem em certa medida combater a superlotação das prisões, especialmente em casos de pequenos delitos. Estatísticas do Serviço Nacional Penitenciário mostram que 35% da população penitenciária cumpre sentenças entre três meses e um ano, por crimes como furtos e assaltos. Por estas ofensas, as opções restaurativas nos tribunais comunitários podem ser mais acessíveis e céleres. Entretanto, uma abordagem nova por parte do Estado deve ser considerada no sentido de apoiar mecanismos não estatais de resolução de conflitos para combater a superlotação das prisões.

Seminário de reflexão sobre Direitos Humanos em Moçambique

Dezembro de 2019



Nos dias 16 e 17 de Dezembro de 2019, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos organizou com o apoio da DIAKONIA (Programa Agir), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Suécia e Reino dos Países Baixos, o seminário *Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais em Moçambique: Avanços e desafios Contemporâneos*, no Centro de Conferências Joaquim Chissano, para reflectir sobre os Direitos Humanos em Moçambique.

A primeira sessão do programa focou em torno da Eficiência e Eficácia dos Arranjos Institucionais e Mecanismos de Protecção dos Direitos Humanos em Moçambique. Este painel cingiu-se em explicar o funcionamento, contributo e o papel que cada instituição



desempenha para a promoção do Estado de Direito e Democrático. Do ponto de vista dos painelistas, os arranjos institucionais constituem vias criadas pelo Estado para a promoção e salvaguarda dos Direitos Humanos no país, e a eficácia e eficiência dessas instituições constituem elementos chaves para o desenvolvimento da sociedade.

A segunda sessão olhou à Liberdades de Expressão e Direito ao Acesso a Informação. Avanços e Desafios, destacando as perseguições, assassinados, actos de torturas e maus-tratos de que foram vitimas vários jornalistas moçambicanos, nos últimos anos.

Neste evento, a Dra. Tina Lorizzo fez uma apresentação sobre Crianças imputáveis e inimputáveis em Conflito com a Lei. Para a oradora, a baixa escolaridade e a deplorável situação económico-social em que vivem as crianças são algumas das características do perfil de crianças que entram no circuito da justiça criminal. A oradora apela as autoridades e as organizações da sociedade civil a criar uma plataforma de debate e acção para proteger os direitos das crianças inimputáveis, mas também daquelas que são encarceradas.



5. Apoio e colaborações

A REFORMAR pretende agradecer o apoio que, durante o ano, foi lhe dado por diferentes instituições governamentais e organizações da sociedade civil que em baixo são elencadas.

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP)

Procuradoria – Geral da República de Moçambique (PGR)

Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ)

Direcção Nacional de Direitos Humanos e Cidadania

Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ)

Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM)

Provedor da Justiça

Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Africa Criminal Justice Reform (ACJR)

Centro de Direitos Humanos (CDH)

JOINT – Liga das Organizações Moçambicanas

Centro de Integridade Pública (CIP)

WILSA

Rede da Criança

Fórum Mulher

Meninos de Moçambique



6. Outreach

6.1 Website

A REFORMAR tem um website, a partir de Maio de 2018. Visite-nos em <https://reformar.co.mz/> para saber mais sobre o trabalho da REFORMAR. O site é actualizado regularmente, com informações sobre as novas actividades e pesquisas. Poderão também baixar todas as publicações.

6.2 Facebook

Podem também seguir a página no Facebook ([REFORMAR – Research for Mozambique](#)) para obter actualizações regulares sobre os eventos, actividades, bem como comentários sobre as tendências e desenvolvimentos nacionais, regionais e internacionais actuais em justiça criminal e direitos humanos.

6.3 Twitter

A REFORMAR tem também uma página de twitter que podem seguir: <https://twitter.com/REFORMAR3>

6.4 Jornais

Em 2019, a REFORMAR publicou os seguintes artigos, nos jornais nacionais:

1. Tina Lorizzo, Reclusos devem votar! SAVANA (12/07/2019)
2. Detenções sem Mandado em Moçambique. SAVANA (08/11/2019)

Contactos

REFORMAR
Av. Sekou Touré 819
Maputo
Moçambique
Web: reformar.co.mz



Facebook: <https://www.facebook.com/Reformar-Research-for-Mozambique-1025085100903393/>

Twitter: <https://twitter.com/REFORMAR3>

